



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Projeto Técnico-Pedagógico

1. Curso: Curso de Extensão em Comunicação, Legislativo e Sociedade

1.1. Área do Conhecimento:

6.09.00.00-4 – Comunicação

1.2. Órgão Executor

ILB/COESUP/SEFOPEE

1.3. Responsáveis técnicos pelo Projeto

Área fim: **Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida** (lela@senado.leg.br)

Pedagógico: **Verônica de Carvalho Maia Baraviera** (vmaia@senado.leg.br)

1.4. Facilitadores de Aprendizagem

A definir

1.5. Nº de vagas e público previsto

O público-alvo envolve, preferencialmente, os servidores do Senado Federal, sendo disponibilizadas vagas para servidores de outros órgãos conveniados, de acordo com o Art. 16 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº40, de 2014. Serão disponibilizadas 35 vagas, distribuídas da seguinte forma: a) 32 vagas para os servidores do Senado Federal; b) 3 vagas para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do DF e servidores do TCU. Não havendo 32 inscrições de servidores do Senado Federal, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas pelos órgãos conveniados.

1.6. Carga horária:

72 horas-aula presenciais.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

1.7. Período e periodicidade:

Turno: matutino

Dias das aulas: Segundas e Sextas-Feiras, das 9h às 12h

2. Justificativa:

Em seus quase duzentos anos de atividade, o Poder Legislativo tornou-se ícone de sustentação da democracia do país. O Congresso Nacional é hoje ativo participante e protagonista dos principais fatos da política e de todas as etapas da própria história do país. Além das grandes transformações na prática política – compatíveis com as mudanças culturais, econômicas e sociais da Nação –, o Legislativo também empreendeu, ao longo desses anos, em especial nas duas últimas décadas, marcantes iniciativas para a modernização de suas práticas administrativas e em suas estruturas de serviço.

Vários fatores influenciaram essas mudanças, mas as novas tecnologias de comunicação e seus meios ocuparam papel central nesse contexto. Além do jornalismo escrito, da rádio, e da televisão, o advento dos computadores, e depois das redes informatizadas, notadamente a Internet, permitiram ao Parlamento brasileiro dispor de poderosos instrumentos para melhorar tanto sua visibilidade e prestação de contas junto à sociedade, quanto a interação com o público.

As novas formas de comunicação, por outro lado, apresentaram inusitados desafios aos parlamentares e aos servidores das duas Casas Legislativas, que tiveram e têm que se atualizar cotidianamente com as inovações, reaprendendo ou criando linguagens e posturas para dialogar com a população, cada vez maior consumidora de informações.

Nesse cenário, o Senado se destaca na atualização técnica e acadêmica de seu corpo funcional, por meio de seu órgão de capacitação e formação, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Com a oferta de treinamentos, cursos de capacitação de curta-duração, pós-graduações, e ensino a distância, a Casa tem feito um esforço para possibilitar que uma base cada vez mais ampla de servidores se habilite e se atualize nas recentes modalidades de comunicação.

Boa parte desse conhecimento é reaplicado em novos treinamentos, pois os treinados e formados pelo ILB, muitas vezes, se tornam docentes da própria instituição, auxiliando na formação dos quadros de professores e facilitadores de aprendizados. Destaque-se que essa sistemática auxilia a



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

economizar recursos para a instituição e para a União. É de se destacar também o expressivo número de trabalhos científicos que resultam desses treinamentos.

Assim, a experiência do dia-a-dia dos servidores na lide legislativa e o treinamento continuado formam um conjunto qualificado de conhecimento, aplicado na prática e disposto em monografias, artigos, e também em estudos realizados por outras instituições acerca da atividade legislativa, mas que referenciam os trabalhos desenvolvidos pelos alunos do ILB.

No entanto, nem sempre esse saber acumulado por meio dos cursos ministrados pelo ILB se apresenta disponível a todos os interessados nas temáticas abordadas, em especial aos próprios servidores do Poder Legislativo. Ou seja, ainda é limitado o número de publicações dos inúmeros trabalhos produzidos no ambiente de estudo e aprendizado do ILB.

Da mesma forma, é possível supor que significativo número de servidores e funcionários das duas Casas Legislativas tenham adquirido valioso estoque de conhecimento em ações comunicativas, em função do desempenho diário nos trabalhos do Congresso. E, da mesma forma, nem sempre esses profissionais se sentem estimulados a voltar aos estudos em cursos de pós-graduação, pelo delongado período que caracteriza esse tipo de curso ou por entenderem que estão desvinculados do ambiente educacional. O que resulta que também esse conhecimento empírico fica inacessível ao grupo de funcionários do Legislativo.

Seria, pois, de grande validade, que uma nova modalidade de curso fosse implementada pelo ILB com o objetivo de reunir esses diversos perfis e experiências e o conhecimento acumulado, muito dele sob a forma de textos não disponibilizados para a grande maioria dos interessados.

Neste sentido, cursos de extensão, de menor duração, ao lado da formação de grupos de discussão temáticos, acenam como formatos ideais tanto para atrair antigos e novos alunos, como para mobilizar o conhecimento armazenado sob a forma de estudos acadêmicos ou nas práxis diárias no Congresso Nacional.

Pioneira no acompanhamento tecnológico, a área de Comunicação agrega elementos que permitem que ela seja a área a inaugurar esses novos cursos, que devem ter o mesmo enfoque dos demais cursos de Comunicação ministrados pelo ILB: a interação comunicacional entre o Legislativo e a Sociedade, a tradição histórica da relação entre política e a comunicação e seus meios, com destaque para as novas tecnologias digitais, em especial a Internet.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

3. Objetivos:

3.1. Gerais:

Capacitar os alunos a utilizar o manancial de conhecimento já acumulado na área, estimulando-os a expandir habilidades de pesquisa de saberes e de atuação em benefício da atividade institucional do Congresso Nacional e do país.

Complementar a formação técnica e acadêmica dos funcionários e servidores das Casas Legislativas que atuam com a comunicação institucional e parlamentar, permitindo que estes possam conhecer e dominar as várias modalidades de comunicação política propiciadas pelas tecnologias de comunicação tradicionais – imprensa escrita, rádio e televisão – e as modernas plataformas digitais, com destaque para a Internet.

3.2. Específicos:

- Dominar os novos aparatos, aplicativos e ferramentas de comunicação;
- Permitir que seus participantes possam desenvolver pesquisas e produzir textos sobre a interação da política com a comunicação, a partir de casos notórios da relação e das novas práticas advindas com as mídias sociais;
- Possibilitar aos alunos a reflexão e discussão críticas acerca dos desafios colocados ao Parlamento na atualidade, em especial, a necessidade de interação das autoridades e órgãos públicos com a sociedade por meio das tecnologias de comunicação, buscando a transparência e o esclarecimento sobre o real papel do Legislativo
- Habilitar os participantes a conhecer a história da relação da política e dos políticos com os meios de comunicação; as principais práticas e as mudanças carreadas por cada uma dessas técnicas. O enfoque é a identificação de antigas práticas que ainda são válidas;
- Permitir aos alunos a troca de experiências sobre como lidar com o público por meio das novas plataformas digitais e seus aplicativos, com destaque para as redes sociais, sob a abordagem de critérios como: noticiabilidade, veracidade, imparcialidade, objetividade, interatividade, feedback e efetividade da comunicação empreendida;
- Estimular os participantes a publicar e divulgar, em papel e em novos formatos, os conhecimentos já consolidados sob a forma de trabalhos acadêmicos que relacionam os temas da Comunicação, Legislativo e Sociedade;



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- Propiciar ferramentas de análise e de execução de ações comunicativas de viés público legislativo, como forma de fortalecer o Parlamento e o diálogo com o público;
- Permitir a identificação de potenciais disseminadores e instrutores das práticas comunicacionais voltadas para a otimização da relação dos políticos com a sociedade.

4. Conteúdo Programático

O curso será ministrado em 3 módulos.

Módulo I – A política e os meios tradicionais: uma relação estrutural

Ementa: O objetivo do módulo é analisar a história da relação entre a política e a comunicação, mais especificamente entre o agir das autoridades públicas e os meios e tecnologias de comunicação. Serão abordados aspectos técnicos de cada meio e como eles influenciaram o desempenho e o perfil do político em sua época, a partir do levantamento de casos notórios de uso da imprensa escrita, do rádio, do cinema, da fotografia, da televisão e da Internet. A intenção é identificar práticas políticas cunhadas por cada uma das tecnologias e que ainda hoje se mantêm. Também serão identificados os conceitos desenvolvidos a partir dessa relação e que compõem a base da atividade jornalística e de formação da opinião pública, mas também do agir comunicacional do político.

Carga horária: 21 h/a

Módulo II – Mídias sociais e política: novas interações

Ementa: A Internet inaugura um novo cenário na relação entre os meios de comunicação e a prática política, trazendo, entre seus diferenciais, a instantaneidade da informação e a possibilidade de interação entre os tradicionais atores da relação – a mídia e a cena política – mas também entre os políticos e a sociedade. Ao lado dos sites e blogs noticiosos, as chamadas mídias sociais, que se caracterizam pela descentralização na difusão da informação com base em redes sociais on line, despontam como a grande novidade dessa nova tecnologia, hoje disseminada em aplicativos e dispositivos móveis. A política é uma das principais interfaces nesse novo cenário que domina a comunicação mundial.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Carga horária: 21 h/a

Módulo III – O desafio da comunicação política no século XXI

Ementa: Este módulo tem como norte de discussões o desafio colocado para a paisagem política no século XXI, pós-chegada dos novos meios de comunicação digital. A atividade política, objeto de definições e conceitos que balizam a vida pública, se depara, na atualidade, com o questionamento do quanto ela é necessária para a sociedade – ao menos nos formatos tradicionais – exatamente por causa da facilidade advinda com a Internet. Ao mesmo tempo, os políticos ganham notório espaço de visibilidade. Os debates sobre a relação entre política e comunicação giram, então, em torno da ideia de os representantes políticos enfrentarem a tarefa de combinar Visibilidade X Verdade em formas criativas de angariar a atenção, o respeito e a participação da opinião pública.

Carga horária: 21 h/a

Módulo IV – Produção de artigo

Ementa: O trabalho final de curso constará da produção de um artigo científico a ser produzido individualmente ou em dupla, devendo o mesmo atender os parâmetros estabelecidos pelas normas da ABNT. O tema do artigo deverá manter consonância com todos ou alguns dos tópicos desenvolvidos ao longo dos três módulos do curso.

Carga horária: 9 h/a

Detalhamento da disciplina: Será valorizada a investigação inovadora de um tema discutido durante o curso, mas também serão aceitos artigos finais baseados em trabalhos anteriores já desenvolvidos pelos participantes, desde que os mesmos sejam ainda inéditos em publicações com ISBN e cumpram as seguintes exigências: relação com os conteúdos abordados, atualidade, e conformidade com as normas definidas para o artigo científico, constantes do Programa do Curso de Extensão em Comunicação, Legislativo e Sociedade.

Também se espera que o artigo demonstre que o alunou assimilou o conteúdo desenvolvido durante os módulos do curso, sua experiência profissional e as dinâmicas de aprendizado alcançadas em trabalhos individuais ou em grupo.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

O artigo será orientado pelo facilitador do curso que for selecionado para esta disciplina e deve comprovar conhecimento dos conteúdos e técnicas desenvolvidas durante o curso.

Os artigos científicos apresentados serão avaliados pelo professor titular e terão as menções “aprovado”, “em reformulação”, ou “reprovado”. Os critérios de formalização e avaliação deverão constar do Programa do Curso. Em caso de “reformulação”, as modificações sugeridas devem ser efetuadas pelo discente no prazo determinado pelo professor titular, não superior a 15 (quinze) dias, e reapresentadas, para que o professor titular ateste a validade das modificações realizadas, aprovando-as ou não.

O aceite do artigo em revista ou publicação oficialmente reconhecida, impressa ou pela Internet, ocorrida dentro do prazo de avaliação, e desde que o aluno faça a devida e prévia comunicação de sua intenção de publicação e obtenha o aceite do orientador, garantirá nota máxima neste quesito de avaliação.

Para auxiliar esta produção, os alunos terão 3 encontros de 3h/a com o professor, com intervalo mínimo de 10 dias de um para o outro, para tirar dúvidas e receber orientação sobre o trabalho.

5. Metodologia presencial

A proposta didático-pedagógica busca propiciar condições para a produção, integração, disseminação e aplicação prática dos saberes que compõem o tema do curso. O escopo das aulas deve fomentar a participação ativa e a iniciativa individual dos alunos, ao mesmo tempo estimulando atividades em grupo. Também buscará estimular a produção intelectual sobre a área de enfoque.

O curso será estruturado em módulos independentes, mas integrados, que serão compostos por aulas expositivas e debates coletivos, de forma a unir os fundamentos teóricos às atividades práticas. Os conteúdos, por sua vez, serão trabalhados levando-se em consideração o atual cenário da relação do Legislativo com a comunicação, aproveitando-se, na medida do possível, produções intelectuais dos próprios alunos, ainda inéditas, mas atuais e compatíveis com os tópicos estudados.

As aulas serão presenciais e semanais, privilegiando-se na primeira metade de cada módulo a leitura, análise e discussão de bibliografia de apoio, sob a forma de capítulos de livros, trabalhos acadêmicos, artigos de periódicos, matérias de jornais, revistas, textos e sites da internet. A segunda



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

metade de cada módulo vai priorizar atividades práticas, voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento de produtos relacionados com o conteúdo abordado na primeira metade do módulo, o que poderá ser feito sob a forma de apresentação de seminários individuais ou em grupos, elaboração de pôsteres e painéis, criação de peças jornalísticas (matérias, reportagens e roteiros para divulgação escrita, radiofônica ou televisiva, sites, simulações de redes sociais e suas interações).

Ao final de cada módulo também serão trabalhados os aspectos metodológicos e temáticos para a preparação de artigo científico, em formato individual ou em duplas, sobre os assuntos abordados em um ou nos três módulos do curso, ou ainda, sobre tema correlato da Comunicação.

6. Avaliações

6.1 Avaliação de aprendizagem

Frequência: mínima em 75% das aulas;

A avaliação será composta pela combinação do resultado obtido na participação nos três módulos do curso, e da nota final do artigo científico, considerando-se a soma das duas notas como desempenho global do aluno, de quem será exigido um desempenho mínimo de 70% em cada um dos dois critérios de avaliação, para efeitos de certificação.

A nota da participação do aluno nos módulos do curso será composta pela soma simples dos resultados obtidos em cada um dos módulos. Já a avaliação do aluno em cada módulo será feita com base na observação do desempenho dos alunos em cada uma das duas etapas do módulo – teórica e prática.

No âmbito das duas etapas de cada módulo serão observados, em igual grau de importância, o interesse, a pontualidade e a assiduidade. Já na primeira etapa (teórica) de cada módulo, serão considerados os critérios de busca de material complementar à leitura indicada, efetiva leitura do material bibliográfico do módulo, análise crítica e/ou fichamento das leituras, e participação das discussões em sala e nos fóruns virtuais. Na segunda etapa de cada módulo (prática) serão considerados os trabalhos desenvolvidos individualmente ou em grupo, em critérios que serão divulgados pelos docentes de cada módulo.

Assim, para alcançar aprovação em cada módulo, o aluno deverá possuir a frequência mínima exigida e comprovar o alcance do aprendizado previsto no plano de ensino – apresentado no



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

primeiro dia de aula - tanto para a parte teórica, quanto para a parte prática. Para efeitos de aprovação, ficará o facilitador de aprendizagem livre para dosar a nota final do aluno no módulo, levando em conta as aptidões naturais e respectivo desempenho de cada aluno, de forma a compor a menção mínima de 70% de aproveitamento.

Desde que constante em plano de ensino, a aprendizagem em cada módulo poderá ser verificada por meio de provas escritas, testes ou apresentações orais individuais ou em grupo, fichamentos ou análises bibliográficas, produção de peças denotativas do aprendizado sob a forma de roteiros, pôsteres científicos, sites, blogs e perfis em redes sociais, textos jornalísticos para os diferentes meios de comunicação, e outros.

6.2 Avaliação do Curso

Questionário preenchido pelos alunos participantes

7. Inscrição dos alunos:

Para a realização da inscrição, o aluno deverá possuir diploma de graduação, preencher ficha de inscrição e apresentar toda a documentação exigida pela COESUP/ILB.

Será feito o registro da solicitação que será atendida enquanto houverem vagas, dentro da ordem de solicitação, baseada no registro do SIGAD da tramitação do último documento solicitado.

8. Certificação:

O curso será certificado pelo próprio Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para fazer jus ao certificado, o aluno deverá obter menção e frequências mínimas necessárias à aprovação, assim como deverá obter nota de aprovação no artigo científico produzido após a conclusão dos três módulos do curso, de acordo com calendário e demais regras estabelecidas.

9. Corpo docente

Selecionados pelo SEFOPEE, segundo as normas de seleção do ILB.

10. Recursos



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação de Educação Superior – COESUP
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

10.1. Humanos

- Facilitadores educacionais do quadro do Senado Federal, selecionados pela Comissão de Seleção de Colaboradores Educacionais (CSC), conforme IN do ILB, nº 1/2015, em conformidade com o Anexo IV do Regulamento Administrativo do SF.

- Tratando-se de Gratificação por encargo de Cursos e Concursos, o pedido encontra-se fundamentado no art. 19 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do SF, referendado pela Resolução SF nº 40/2015.

10.2. Didáticos

Textos de apoio, filmes, dinâmicas em grupo, uso do Saberes, recursos audiovisuais, fóruns temáticos e exercícios de fixação, dentre outros a serem indicados pelos facilitadores de aprendizagem.

Brasília, 14 de fevereiro de 2017.

VERÔNICA DE CARVALHO MAIA BARAVIERA

Chefe do SEFOPEE

JOSÉ DANTAS FILHO

Coordenador de Educação Superior